**Cuidados digitais sob a ética feminista: noções para reduzir práticas violentas contra mulheres a partir de espaços online da América Latina**

**Resumo:** Este artigo busca a partir de dados etnográficos de uma pesquisa que investigou violências na internet ligadas a casos de compartilhamento não consensual de conteúdos íntimos de mulheres, apontar noções de cuidados digitais sob a ética feminista a partir de três espaços online da América Latina: Ciberseguras (Argentina), MariaLab (Brasil) e Ocoso (14 países). Argumentamos que a ética feminista voltada para os cuidados digitais, chamada por algumas autoras de *hackfeminismo*, desafia as lógicas paternalistas a partir de três principais ações: socializando informações, produzindo redes entre feministas e reduzindo o impacto das violências digitais contra mulheres na internet. Nessa direção, apontamos estratégias de cuidados digitais mais utilizadas por ativistas na internet. Além disso, elencamos cinco demandas acionadas pela perspectiva da ética feminista para tomada de ações em situações de violências digitais.

**Palavras-chave:** Cuidados digitais; Violência contra mulheres; Internet; Ética; Feminismo.

**Introdução:**

O lugar das tecnologias digitais (e tantos outros) vem sendo negado às mulheres e às diversidades sexuais, mas nós resistimos, e resistiremos, criamos nossas próprias redes online e offline para seguirmos juntas ocupando todos os espaços (CLANDESTINA, 2022).

Muitos estudos apontam como as tecnologias e a internet são constructos sociais generificados (WAJCMAN, 2012; NATANSOHN, 2020), ou seja, não é nenhuma novidade que diferentes tecnologias de gênero (LAURETIS, 1987), atravessem a experiência humana e não-humana nos ambientes digitais. Na internet é possível criar locais exclusivos para violentar meninas e mulheres, considerando que, seguidamente, relações violentas se manifestem livre e amplamente em locais online, autorizadas e organizadas pelas próprias lógicas algorítmicas e das grandes empresas da internet (NATANSOHN, 2020; VAN DIJCK, 2019).

Para essa elaboração, estamos de acordo com Miller e coautores (20121), quando apontam sobre o uso dos smartphones na contemporaneidade como “casa transportáveis”. Os autores elaboram a noção de casa-transporte para indicar que os smartphones compreendem mundos online como uma forma ou espécie de lar, a partir da noção de que o celular não é apenas mais um meio para comunicação, é também, um lugar onde se está em casa. Desta forma, carrega-se a casa no bolso e a qualquer momento se pode passar de um cômodo para outro, ou seja, a possibilidade de transitar de aba em aba, rede em rede, nas telas dos dispositivos. Essa noção se alia ao pensamento da antropóloga Christine Hine (2015), entendendo a internet como incorporada e corporificada no cotidiano social, onde os ambientes conectados coexistem com ambientes presenciais. Além disso, partimos do entendimento de que uma abordagem etnográfica para o estudo da internet pode desenvolver-se através da observação participante, aplicada tanto em ambientes *offline,* quanto *online*. Sob essa ótica, é preciso abandonar a dicotomia entre online e offline, reforçando a perspectiva de que não há plena divisão nos modos contemporâneos de estar no mundo (MILLER, et al., 2016; 2021; HINE, 2015).

Nesse contexto, espaços de cuidados digitais sob ótica feminista são também criados para reduzir o impacto de práticas violentas contra mulheres. Para esta pesquisa vamos apontar três ambientes criados com propósito de construir espaços seguros voltados para mulheres na América Latina: Ciberceguras, MariaLab e Ocoso. São iniciativas voltadas a ética feminista, produzindo eventos, seminários e conteúdos informativos, atendendo a tipos diversos de violência e formas práticas para orientar e/ou buscar ajuda através da internet.

Práticas violentas na internet ocorrem a partir de diferentes ações - assédios, ameaças, compartilhamento de conteúdo sem consentimento em situações de intimidade, invasão de privacidade, cyberbullyng, sendo expressões da cultura machista e misógina, atravessadas pela interseccionalidade de raça, classe, idade. Trata-se, portanto, de processos culturais generificados que produzem relações violentas contra mulheres em todos os espaços sociais, incluindo as esferas públicas e privadas na internet.

De acordo com Natansohn e Goldsman (2018), os cuidados digitais estão além de problemas técnicos, questões de privacidade, venda massiva de dados, opacidade algorítmica, estando também na esfera da cultura e se configuram no mundo contemporâneo como uma insurgência que nos desafia a pensar a nossa relação com as tecnologias. Nesse sentido, as culturas digitais nos ajudam a refletir quais lugares ocupamos nas escalas interseccionais e quais noções práticas devemos adotar sob ótica feminista no intento de reduzir relações violentas contra mulheres e minorias.

Os dados partem de um recorte de uma pesquisa etnográfica realizada a partir de casos de mulheres expostas ou ameaçadas com compartilhamento não consensual na internet (PAZ; DA SILVA, 2021), na qual, identificamos locais online criados para violentar mulheres e lugares online criados para ajudar mulheres em situações de violência, este último, tratamos neste artigo.

Nessa direção, pensar cuidados digitais a partir da ética feminista implica em produzir estratégias que considerem a internet e as tecnologias como lugares e artefatos que afetam direta e indiretamente a vida das mulheres, embora, não apenas. Em três eixos propomos os seguintes debates – primeiro, corpo e gênero: práticas violentas contra mulheres na internet; segundo, o que são cuidados digitais e, por último, qual a proposta da ética feminista a partir dos sites pesquisados. Com isso, apontamos as estratégias mais utilizadas por ativistas para redução de violências contra mulheres na internet a partir de princípios feministas.

**Corporificação e gênero: práticas violentas contra mulheres na internet**

Entendemos que a percepção sobre gênero é construída no exercício díspar da diferença e constituída pela negação que produz a oposição binária (ela x ele), essa negação/oposição é geradora de violências (SAFFIOTI, 1987). Tais violências se manifestam em contextos e épocas de diferentes formas, níveis e escalas. Na contemporaneidade, os artefatos da comunicação digital funcionam como campo organizador das performances de gênero, mediando os tipos de violência, mas também construindo terreno fértil para as mobilizações que visam combater tais práticas. Com isso, as questões sociais e culturais ligadas às percepções subjetivadoras sobre feminilidade e sexualidade, não somente interferem, mas são determinantes para que meninas e mulheres identifiquem e busquem ajuda em situações violentas. Nessa direção, organizações nos ambientes online podem ser agentes intermediárias entre a família e o Estado, para que meninas e mulheres sejam amparadas, sem que com isso se submetam a outras e novas velhas formas de violências. Práticas estratégicas na internet se tornam uma alternativa para alcançar vítimas que não querem ser deslegitimadas, culpabilizadas e/ou revitimizadas.

O corpo na contemporaneidade passa a se constituir pela experiência dual, compartilhada e contínua com os ambientes físicos e digitais. Nos ambientes *online*, o indivíduo tem mais autonomia para apresentar o seu corpo nas relações de sociabilidade, como também se submete a controle e punição ao tornar-se público com ou sem o consentimento, especialmente, o corpo das mulheres. Esse contexto tecnológico e digital torna o corpo sujeito ao fenômeno de digitalização de si, produzida na linguagem tecnológica do Bit, menor unidade de medida de transmissão de dados algorítmica (NATANSOHN; FERREIRA, 2021). Graciela Natansohn e Sérgio Ferreira (2021), tensionam a materialidade do corpo digital, apontando sobre as várias temporalidades que convivem entre si, explicando que uma foto publicada há 10 anos, por exemplo, pode ainda circular publicamente e estar sujeita a permanecer sem exclusão de registros do passado. Além disso, pode ser consumida fora de contexto e deslocada do propósito do qual foi criada. Para as autoras, citando Boyd (2011), “este corpo que persiste, que se replica, e que é escalável e buscável se insere em contextos digitais muitas vezes por ações do próprio sujeito, aos quais denominamos *Digitalização de Si”* (2021, p. 24).

Queremos com isso apontar como as violências na internet são formas de exercer a dominação masculina sobre um corpo que é construído historicamente para ser explorado e que é atravessado por questões interseccionais. Violentar mulheres é uma forma de provar a masculinidade hegemônica, como mostra Saffiotti (1987), referindo-se à virilidade do macho, um tipo de confirmação de que o violentador é o proprietário do corpo. O mandato da masculinidade, como argumenta Segato (2018), se trata também de um sistema de comunicação, uma autorização pública que busca comunicar o seu poder através dos corpos das mulheres.

Beatriz Accioly, antropóloga que pesquisa sobre violências e mulheres em situações de divulgação íntima sem consentimento, fala sobre o caso de disseminação não autorizada de imagens que resultou no suicídio de Júlia Rebeca e impulsionou debates em torno da temática no Brasil, afirma que “essas elaborações evidenciam que os vazamentos se tornam mais graves e temíveis quando repercutem entre pessoas cujas avaliações morais impactam as imagens das mulheres” (2019, p. 175). A autora ressalta que o corpo e a sexualidade das mulheres ainda são entendidos por questões de honra familiar e estão fortemente condicionados aos ideais normativos de feminilidade.

Estes e outros casos de violências contra mulheres apontam para a relevância de iniciativas e pesquisas desenvolvidas na internet com propósito de reduzir tais práticas. Através de diferentes e múltiplas configurações acionadas por atividades dinâmicas, de acordo com a cultura e contextos sociais, as questões de gênero e outras intersecções se mostram impressas nos ambientes digitais, tanto para elementos que podem se contrapor à modelos hegemônicos generificados, quanto com a opressão e violência exercida pela exigência do cumprimento das normas de gênero.

Ao apontar movimentos ativistas em rede, Jessalynn Keller (2016) ressalta em sua pesquisa a necessidade de estudar e compreender os ativismos organizados por jovens meninas nos ambientes online, ressaltando que geralmente, as práticas juvenis são deslegitimadas por outros movimentos. A autora (2016) sugere que os ativismos juvenis são estratégias para aderir e participar de movimentos feministas na contemporaneidade. Para isso, é importante descentralizar algumas concepções baseadas apenas em um feminismo tradicional, para levar em conta a experiência social de jovens que perpassam restrições materiais e políticas. A autora identifica três elementos chave que são interrelacionados na prática ativista online produzida por jovens: o potencial educativo, a construção de comunidade e a visibilidade de ações feministas. Para o elemento educativo, o campo online funciona como ferramenta de educação sobre questões relacionadas ao feminismo e a experiência das jovens, considerando que são meninas com pouco acesso a participação em movimentos sociais, principalmente, por aspectos econômicos e de localização geográfica, com intersecções ligadas a raça, gênero, sexualidade e idade. Keller (2016) enfatiza que a idade das meninas é um fator decisivo para a sua ausência nos movimentos organizados por mulheres mais velhas e os espaços online funcionam como campo de ação no qual elas produzem, interagem e participam ativamente da construção de conhecimento e trocas entre elas. O elemento de construção de comunidade está relacionado a conexão identitária entre indivíduos, se distanciando do fator geográfico. A comunidade se constrói pelo senso de vínculos compartilhados que motiva umas às outras a continuarem na luta a qual se propuseram, afirmando que[[1]](#footnote-1): “Nesse sentido, a comunidade tem menos a ver com laços criados por meio de lugares físicos compartilhados e mais com identidades compartilhadas e objetivos políticos que se aglutinam por meio de espaços virtuais” (2016, p. 270). A autora reconhece os espaços online além dos lugares físicos, como lugares legítimos de produção ativista, como uma forma de tornar acessível para meninas com menos recursos, mas não apenas, a atuação em movimentos sociais. Nessa estrutura organizada algoritmicamente, as buscas realizadas pelos *smartphones* e computadores são carregadas por bagagens da vida digital da usuária(o), composta por camadas perfiladas que transformam *clicks* em conjuntos de informações com base nas referências registradas. Desta forma, não há neutralidade algorítmica, principalmente, de gênero e raça, ela é construída nas bases corporificadas, generificadas e racializadas, podendo ser sexista, racista e excludente (STRIPHAS, 2015). Ted Striphas (2015) discute as condições nas quais a cultura do algoritmo se desenvolveu e em que caminho se direciona, enfatizando que os bancos de dados sobre indivíduos *online*, fazem a manutenção de um sistema que transforma como a cultura vem sendo construída, vivida e sentida, determinada pelas empresas da internet. Segundo o autor “É por isso que em nosso tempo, acredito que os algoritmos estão se tornando decisivos, e por que empresas como Amazon, Google e Facebook estão se tornando rapidamente, apesar de sua retórica populista, os novos apóstolos da cultura” (2015, p. 407). Nessa direção, Van Dijck define as plataformas como “uma arquitetura programável e projetada para organizar interações entre usuários” (2019, p. 09). A autora chama a atenção para como as plataformas estão mudando a organização social, moldando e configurando práticas e comportamentos a partir de um ecossistema com as cinco grandes empresas da internet, que segundo Van Dijck, são – Alphabet (Google), Facebook, Apple, Amazon e Microsoft. Graciela Natansohn e Florencia Goldsman (2018) ao tratarem de violência de gênero nos ambientes digitais e questões de direito à privacidade na internet, discorrem sobre dois aspectos da violência que afetam os direitos das mulheres e de outros grupos vulneráveis. O primeiro situado no nível das interações, que envolvem assédio, ameaças e exposições sem consentimento. O segundo aspecto está na arquitetura da rede, através de rastreamentos, análises massivas de dados pessoais e vigilância. Para as autoras, novas formas de vigilância e controle com os corpos são acionadas nas redes através de dispositivos e plataformas digitais, onde a violência histórica e cultural contra as mulheres se atualiza em novos formatos e espaços. Natansohn e Goldsman ressaltam que na internet a violência contra as mulheres se apresenta por meio de diversas práticas, onde uma delas pode ser a adulteração e publicação de fotos e vídeos sem consentimento. Tais violências podem se estender para o plano físico, em que, “todos esses ataques realmente afetam a vida das mulheres porque causam danos à reputação, isolamento, alienação, mobilidade limitada, depressão, medo, ansiedade, distúrbios do sono e até suicídios” (2018, p. 383). Nesse contexto, entendemos a internet corporificada, incorporada e cotidiana (HINE, 2015), em que, toda organização algorítmica das plataformas e as leis precárias, não comtemplam questões específicas de gênero e raça na internet, influenciando em como o corpo pode ser apresentado nos ambientes online e nas violências que estão submetidos, considerando também as suas diferenças produtoras de desigualdades. Além disso, os ambientes online são lugares onde os atores sociais criam para estar e agir e onde há a possibilidade de acionar projetos e ações em vários níveis, de acordo com interesses particulares e coletivos, sem necessariamente a aprovação das instituições jurídicas legais.

**Culturas digitais, tecnologia e a proposta da ética feminista do cuidado**

A proposta da ética feminista questiona os modelos epistemológicos que coloca em pauta a construção de conhecimento sustentados pela ideologia patriarcal. Nesse sentido, a ética feminista envolve processos de desconstrução e ruptura teórica e prática em todos os aspectos sociais, para um olhar centrado nas desigualdades de gênero, interseccionada por raça e classe, entre outras intersecções. Montiel (2011), tratando sobre ética e estudos feministas no campo da Comunicação, chama atenção para necessidade de vermos os estudos de gênero para além de uma categoria, o que implica uma perspectiva teórico-política imprescindível para as análises de processos comunicacionais, estruturais e relações de poder.

Ao recordar a ética Ocidental, Montiel (2011) aponta como os critérios fundamentados por filósofos apregoadores da ética na história, construíram uma abordagem ética do patriarcado. Esse modelo ético é desinteressado das temáticas sobre e com as mulheres, delegando à feminilidade os assuntos e práticas da espera privada e doméstica, em oposição aos assuntos ditos masculinos - da esfera pública e política, e, com isso, postulando a incapacidade das mulheres para produção de conhecimento. Esse processo histórico produziu uma razão moral com valores femininos em detrimento ao masculino.

Em outra direção, segundo a autora, a ética feminista fez contribuições significativas, buscando rearticular essas lógicas introduzindo cada vez mais questões em torno da violência e sexualidade, o que possibilitou a perspectiva da ética do cuidado, em diálogo com Carol Gilligan(1982), afirma que a “ética do cuidado repousa na premissa da responsabilidade para com os outros. Podemos afirmar que a contribuição central da ética do cuidado está em ter colocado o compromisso e responsabilidade para com os outros no centro da ação moral” (2011, p. 08).

Nesse sentido, a ética do cuidado sob perspectiva feminista possui como chave analítica a lente do gênero e as diferentes intersecções que perpassam a experiência das mulheres e minorias. A ética do cuidado feminista se distancia das concepções (que se dizem) neutras e isentas de práticas políticas implicadas diretamente na vivência das mulheres, em que, o cuidado e o autocuidado se contrapõem a princípios da ética Ocidental como: racionalidade, universalidade, individualismo e objetividade.

Cozette Castro (2021) em seu estudo com mulheres ativistas no universo online durante a pandemia do Covid-19, relata sobre cuidado e autocuidado entre mulheres possibilitado pela mediação da internet. A autora aponta a noção de prática pedagógica do feminicídio como um processo cotidiano de naturalização de violência contra mulheres que começa no privado e na família através da ideia de que a mulher é inferior e deve estar à serviço e a disposição dos homens da casa. Tal pedagogia se estende para todos os âmbitos e ambientes sociais. Nesse contexto, o cuidado e autocuidado entre mulheres nos ambientes online é entendido como formas de resistência à pedagogia feminicida, o que Segato (2018) propõe pensar como pedagogias da crueldade.

Para Rita Segato (2018) as pedagogias da crueldade são organizadas pelo mandato da masculinidade – todo corpo que vai compra esse mandato, sofre punição, perseguição e condenação moral e merece ser castigado por não obedecer às ordens patriarcais. Para a autora o mandato da masculinidade se constitui a partir do corporativismo masculino, baixa empatia, crueldade, burocratismo, distanciamento, formalidade, universalidade, neutralidade, dessensibilização, vínculo limitado. O mandato da masculinidade age a partir de dois eixos – vertical e horizontal, em que, o primeiro refere-se à espetacularização exibida do poder patriarcal, o segundo, da cumplicidade evocada entre os homens como prova da masculinidade. Para a autora “uma contra-pedagogia da crueldade trabalha a consciência de que somente um mundo de vínculo e comunidade estabelece limites para a objetificação e coisificação da vida” (2018, p. 16).

Natansohn e Reis (2020) se dedicam a estudar sobre um conjunto de práticas desenvolvidas na internet por coletivas e as estratégias ativistas por elas desenvolvidas em rede, nomeadas por “cuidados digitais” e “hackfeminismo”, apontando não apenas a intensificação das violências contra mulheres e minorias nos ambientes online, como também, a violência sociotécnica de atores não-humanos, códigos e processos tecnológicos que são acionados como mais uma forma de exercício violento contra mulheres, privilegiando poucos e carregando narrativas misóginas. Entre os cuidados digitais, estão as ferramentas de comunicação digital, manuais e aplicativos falando sobre práticas seguras na internet e ações fora destes espaços, como oficinas e cursos presenciais. Nesse contexto, ativistas digitais se organizam em redes de colaboração e acolhimento, através de estratégias ativadas pela perspectiva feminista da ética do cuidado, em que, “a ética do cuidado sustenta-se na ideia de que todas as pessoas são susceptíveis de vulnerabilidades, fragilidades e interdependência” (2020, p. 05). Sob essa ótica, as autoras percebem as rupturas que existem entre as práticas tradicionais hacker e as ações desenvolvidas por ativistas feministas sob a ética do cuidado. Está análise mostra que três eixos de ações ativistas feministas se movimentam na internet: Engajamento em ações para formação técnica e visibilidade de mulheres na tecnologia, produção de manuais e a produção de hardwares e softwares livres. Para as autoras, “O que se percebe, portanto, é que além de se organizarem para reivindicar transformações, as feministas têm lidado com a necessidade de criar estratégias de resistência às reconfigurações que assume a violência no ambiente digital” (2020, p. 07). Além disso, apontam os diversos fenômenos que se apresentam através de ataques contra as mulheres e minorias, nomeados como - ciberchantagem, cyberstalking, cyberbullying, disseminação de dados e imagens sem consentimento e ações de *trolls*, afirmando a relevância dos afetos para a cultura ética de cuidados feministas.

Os afetos, na ética hackfeminista do cuidado, adquirem relevância e viram código; as emoções são parte da conduta e do juízo moral, que não pode ser compreendido como objetivo e imparcial, senão localizado, situado. Amor e desamor, confiança e desconfiança, altruísmo e egoísmo, dependência e independência, emoções, em geral, não podem estar apenas relacionadas com a esfera do íntimo e desconectadas das relações sociotécnicas num contexto de desigualdade estrutural entre gêneros, classes e raças, ou consideradas como apolíticas. (NATANSOHN; REIS, 2020, p. 23)

Judy Wajcman (2012) chama a atenção para a necessidade das ciências sociais e ciências no geral, estarem permanentemente engajadas em promover transformações nas relações de gênero a partir das observações dos usos, produções e consumo da tecnologia. Nas culturas digitais, ainda que os indivíduos reproduzam padrões estereotipados de gênero, há também movimentos de resistência que tendem a desconstruir as relações de poder. Ao questionar se a tecnologia tem gênero, a autora discorre sobre o processo histórico-cultural em que a tecnologia foi cristalizada por elementos ditos masculinos ligados às engenharias e a lógica industrial. Em contrapartida, as tecnologias das mulheres, ligadas a terra, a cozinha e a lógica artezanal, são hierarquicamente rebaixadas. Tal processo faz a manutenção do pensamento que atribui as mulheres a incapacidade de trabalhar com a tecnologia. A competência com a tecnologia é elemento que constitui a esfera masculina, enquanto a falta dessa competência caracteriza o estereótipo feminino, questões que condicionam um sistema social de divisão do trabalho entre homens e mulheres. Em diálogo com Wajcman, Valente e Néris (2019) mostram que a incorporação da dominação masculina nos/através dos artefatos digitais e tecnológicos, a partir da ausência das mulheres nesses espaços consolidados por um processo que entende a tecnologia como traço da masculinidade e a inabilidade com a tecnologia como traço da feminilidade. Estas condições postas no imaginário social coletivo referem-se às categorias que consideram a tecnologia como masculina e fundamentalmente caracterizadas pelas engenharias, portanto, a mente, o cálculo, a razão. Dualidade que permanece inferiorizando as experiências das mulheres, fundamentadas por referências manuais, do corpo e da emoção. Desse ponto de vista, a tecnologia possui um gênero bem específico, para Wajcman, “a cultura dos computadores era predominantemente a cultura dos homens brancos estadunidenses" (2012, p. 120). As divergências de um sistema social que é predominantemente organizado pelas masculinidades, sustentam desigualdades de gênero e padrões estereotipados que são constantemente revitalizados nas redes. Embora esteja sempre em movimentos prováveis de transformações, a tecnologia, vista sob o ângulo da não neutralidade de gênero, implica na exclusão sistemática das mulheres dos processos técnicos e científicos. A dualidade de gênero incorporada às tecnologias, resultou, por exemplo, na disparidade dos indivíduos que constituíram as culturas digitais. É bem conhecida a história dos jovens do “vale do silício" e os desdobramentos tecnológicos resultantes das origens desses artefatos. Não por acaso, os nomes mais conhecidos são de gênero masculino[[2]](#footnote-2). Nesse sentido, a invisibilidade e escassez de mulheres na sociedade da informação e tecnologia marca a exclusão sistemática delas nestes espaços, principalmente, quando se trata da participação em decisões sobre a infraestrutura física e lógica das redes digitais, onde “A diferença digital de gênero é global” (NATANSOHN, 2013, p. 19).

Carolina Ferreira (2015) pensando os feminismos na web ao apontar na sua pesquisa com o blog “Blogueiras feministas” argumenta que a internet possibilitou a mobilização de redes de comunicação a partir de práticas de criação e consumo que funcionam como instrumento de ação política e como redes de identificação. Para a autora, as teias político-comunicacionais organizadas na internet, produzem um espaço para rearticulações sobre pautas emergentes nos feminismos, como, a articulação das diversas noções de violência. Entre elas a violência digital, conduzida por exposição não autorizada de material íntimo de mulheres, apontada como pornografia de vingança. Além disso, discussões acerca do corpo e corporalidades conduzem reflexões nos ambientes digitais sobre quais corpos são permitidos a nudez e quais corpos são moldados e silenciados pelos sistemas de opressão. A pesquisa de Ferreira mostra como mulheres jovens em trajetórias universitárias possuem forte atuação para essas discussões feministas na web, como também, para a produção de discursos e gramáticas que problematizam questões relevantes às pautas das mulheres (FERREIRA, 2015). Nesse sentido, Natansohn (2013) afirma que precisamos questionar todo funcionamento do sistema tecnológico e científico das instituições sociais que são, estruturalmente, resistentes a presença das mulheres.

**Ambientes online da América Latina e estratégias de cuidados digitais: Ciberseguras, MariaLab e Ocoso**

**Ciberseguras: “a tecnologia é nossa”**

Ciberseguras é um espaço digital que reúne recursos e ferramentas de privacidade para uma internet feminista e mais segura. A partir da produção de conteúdo descentrados e organizados por grupos de mulheres em outros sites, como: Clandestina (Brasil), Ciberfeministas (Guatemala), Direitos Digitais (Chile-México), Dominemos a tecnologia (México), Lutadoras (México), Nó Comum (Bolívia), Social TIC (México) e Dones Tech (Barcelona), são mapeados e divulgados materiais relacionados à segurança e cuidados digitais na busca por reconfigurar a internet pensando a experiências das mulheres.

A Ciberseguras tem o propósito de identificar riscos e ameaças para reduzir danos e construir estratégias seguras na vida conectada, sabendo que “hoje nossos corpos também são digitais”:

Nosso corpo é nossa primeira tecnologia, uma ferramenta de luta e força guerreira, você projeta, configura e constrói em seus próprios termos. Nós temos o poder de fazê-lo. Somos amigas, bruxas, loucas, esquisitas, geeks e feministas que calçam nossas botas e pegam nossas varinhas para compartilhar conhecimento com alegria. Bem-vinda a este espaço de amor e cuidado, onde nós construímos a partir da autonomia. Contra o medo a força! Não aos mitos, sim aos feitiços! A tecnologia é nossa! (CIBERSEGURAS)

Na seção “materiais” no site, é possível encontrar cerca de 30 conteúdos entre artigos científicos, manuais, materiais de encontros digitais, relatórios sobre violência de gênero na internet, guia de segurança digital, conteúdos audiovisuais, além dos links de acesso para os sites citados. Na seção “Contra violência” se encontra modos para reconhecer e alertar sobre violências contra mulheres na internet, considerando, insultos, envergonhar, calúnias, descréditos, silenciamento, censura, chantagem e extorsão, além de apresentar ações e estratégias que buscam combater os tipos de violência, apresentando também recomendações práticas de privacidade, segurança e autocuidado digital. Para as Ciberseguras, três categorias centrais de violência se organizam na internet de forma individual ou coletiva: assédio de gênero online, discurso de ódio e discurso perigoso, através de ações como: roubo de identidade, falsas acusações, perseguição, envergonhar, induzir a práticas contra vontade, chantagear e dentre elas a divulgação não autorizada de imagens íntimas. Apontam como as ferramentas tecnológicas podem conciliar para que ocorram as violências, além de também considerarem os ataques aos conteúdos feministas. A partir da criação de um Glossário descrevem os tipos de violências e recomendações para combate, autodefesa e técnicas de privacidade e segurança. A seguir, sintetizo três principais estratégias sob ótica feminista a partir das indicações feitas no Ciberseguras.

A primeira estratégia refere-se a estar ciente de que existem informações e plataformas de redes de apoio e solidariedade disponíveis para ajudar mulheres e minorias em situações de ataques e tipos de violências sofridos na internet. Tais redes estão preparadas com suporte e recursos específicos para casos diversos[[3]](#footnote-3). A segunda estratégia está na compreensão de que o debate em casos de segurança digital e autodefesa sob perspectiva feminista ajuda na produção de uma cena social voltada para uma comunicação ativa e preparada a partir de contranarrativas. Sob essa ótica, funciona como uma estratégia tornar visível toda violência de gênero na internet que se naturaliza através de discursos cotidianos. A terceira, é referente a noção de que não estamos sós. Criar novas narrativas, linguagens e cenários para que estejamos e sintamo-nos mais unidas e seguras, fazem parte dessas estratégias de segurança e cuidados digitais. Nesse sentido, compartilhar experiências, formar e fortalecer redes e comunidades feministas é um núcleo relevante para uma internet mais segura. Na sequência, entramos no campo MariaLab.

**MariaLab: “a tecnologia é organizada através de um saber, um saber que altera o mundo”**

MariaLab é um espaço digital que reúne uma Coletiva hacker brasileira, sem fins lucrativos e sem vínculo político partidário, interessadas em gênero e suas tecnologias através da perspectiva feminista. O autocuidado digital é um dos principais propósitos da Coletiva, que busca produzir um intercâmbio de saberes movendo a tecnologia para espaços feministas e estratégias feministas para espaços digitais e tecnológicos, preocupadas com a construção de ambientes seguros, considerando as interseccionalidades, entendem que “somente assim se constrói aprendizados através da troca e acúmulo de saberes entre todas” (MARIALAB, 2020).

As ações da MariaLab envolvem coletar, organizar e divulgar informações e produção de conhecimentos de tecnologias sob ótica feminista. Combatem a violência digital de gênero e raça, interessadas também na Governança da Internet, através de materiais didáticos em diversos formatos que compartilham informações sobre tecnologias para mulheres, pessoas transgênero e não binárias.

A MariaLab nasce do desejo de tornar os espaços de tecnologia mais plurais, envolvendo mais mulheres, pessoas trans e não binárias, e promovendo um pensamento e discussão interseccional que considere raça, classe social, identidade de gênero no desenho de tecnologias, sejam elas digitais ou não. Muito além da representatividade desses corpos invisibilizados, queremos propor reconstruções e reapropriações nos modos como desenvolvemos e interagimos com infraestruturas tecnológicas. Partimos do pressuposto de que a tecnologia é política e ambas podem ser feministas (MARIALAB, 2020).

Na seção “Biblioteca Marialab” se concentram conteúdos compartilháveis relacionados a tecnologia e feminismo. Um dos pilares éticos da coletiva é gestão de autonomia tecnológica de forma acessível para todas as pessoas, na compreensão de que a autonomia tecnológica funciona como uma constelação de experiências. Nesse sentido os materiais concentrados no site se voltam para guias e cartilhas de treinamento e implantação de programas de formação e cuidados digitais, entre eles um guia de como documentar casos de violência de gênero na internet de forma empática e segura, chamado no site por “Guia prático baseado na difusão de material íntimo sem consentimento”.

No Marialab também se concentram vários infográficos sobre a internet e as infraestruturas digitais, senhas, cuidados com o celular e comunicação segura, além de guias práticos para construção de redes comunitárias e guia para colocar um site no ar. A “Cartilha de Servidoras” **foi produzida em 2017 a partir de um projeto sobre Infraestruturas Feministas, dedicado a disseminar e incentivar a troca de conhecimentos sobre redes autônomas, *hacking* e tecnologia feminista por grupos de mulheres.**

No site a afirmação da coletiva “Somos mulheres e queremos falar com mulheres, em todas as etapas do processo, e sem ignorar que a tecnologia é política”, na sequência, “Para nós, tecnologia também é ferramenta de luta, e queremos aprender fazendo. Convidamos você a fazer com a gente, a aprender os conceitos, as práticas e criar **sua própria rede comunitária itinerante” (MARIALAB, 2020).**

**O guia sobre violência de gênero na divulgação de conteúdo íntimo apresenta uma série de abordagens para agir nessas situações, focado em autocuidado, escuta ativa, redes de apoio, documentação segura e anônima, apoio técnico e jurídico e como fazer denúncias em plataformas digitais.** A partir das informações apontadas no Marialab, sintetizamos três principais estratégias sob ótica feminista voltadas para cuidados digitais: primeiro, priorizar a formação prática de mulheres para atuar nas e com tecnologias digitais, assegurando a autonomia tecnológica de todas; Segundo, além de se preparar, preparar outras mulheres a partir de encontros físicos e/ou online, fortalecendo redes e comunidades voltadas para tecnologias feministas; Terceiro, tornar acessível todo e qualquer material, cartilhas, guias, treinamentos, encontros, que possam auxiliar mulheres no seu fazer tecnológico, em que, o conhecimento feminista e de tecnologia precisa ser compartilhável à todes.

**Ocoso: “seu corpo, suas regras, sua tecnologia, suas regras”**

Na plataforma Ciberseguras na seção “Materiais” contém acesso a aba “Pornografia não consensual”, onde endereça ao site Ocoso. Essa plataforma surgiu como um projeto independente, produzido voluntária e coletivamente, sem filiação institucional. É o primeiro site que reúne 14 países da América Latina para oferecer informações sobre o crime de publicações não consentida de conteúdos íntimos na internet.

Na seção “Emergência” da plataforma, cinco orientações de como agir diante do crime, são apresentadas: [denunciar o caso em plataformas digitais](https://acoso.online/brasil/denuncie-o-caso/); [Conhecer as leis que podem ajudar](https://acoso.online/brasil/conheca-as-leis-que-podem-te-ajudar/); [Denunciar à Justiça](https://acoso.online/brasil/denunciar-a-justica/); [Resistir e assumir o controle da tecnologia](https://acoso.online/brasil/resista-e-assuma-o-controle-da-tecnologia/); e [Começar um diálogo com a rede de apoio e comunidade](https://acoso.online/brasil/comece-um-dialogo-com-a-sua-comunidade/). O site também compartilha uma série de artigos, manuais, relatórios e leis, relacionados a prática de divulgação não consentida de conteúdos íntimos em ambientes digitais.

Referente as orientações, a Ocoso informa sobre como acionar cada uma das cinco sugeridas no site. Para denunciar em plataformas digitais conteúdos divulgados sem autorização, caso a rede não ofereça uma medida própria para impedir a circulação dos conteúdos, há pelo menos três caminhos possíveis de ação: denunciar como conteúdo de pornografia ou nudez, embora seja uma opção mais conservadora; Solicitar na plataforma um relatório de privacidade, considerando que, algumas plataformas digitais oferecem ferramentas para impedir que seus dados pessoais sejam divulgados sem o devido consentimento; Outra opção seria denunciar como conteúdo por direito autoral. Além disso, informam meios de solicitar a exclusão do conteúdo através de [motores de busca](https://acoso.online/reporta-el-caso-chile/#pagina-buscadores), [gerenciadores de conteúdo](https://acoso.online/reporta-el-caso-chile/#pagina-gestores-de-contenido), [redes sociais](https://acoso.online/reporta-el-caso-chile/#pagina-redes-sociais), [serviços de entrega](https://acoso.online/reporta-el-caso-chile/#pagina-servicios-de-mensajeria) e [sites pornográficos](https://acoso.online/reporta-el-caso-chile/#pagina-sitios-web-porno), sobretudo, apontam a importância de conservar evidências para poder realizar a denúncia de forma legal.

Sobre como levar a justiça, o site sugere conhecer e se apropriar das leis locais e nacionais com ajuda jurídica para tomar as medidas legislativas cabíveis. Além de indicar às vítimas, não ceder as ameaças e procurar ajuda na sua comunidade. Na Ocoso são informadas também sobre questões práticas como: a quem fazer a reclamação; Como denunciar um caso; Como rastrear um caso; Onde ir para denunciar; Mais informações no país onde a situação ocorreu; [Recursos de interesse/adicionais](https://acoso.online/denuncia-a-la-justicia/#pagina-recursos-de-interes-adicionales); Direitos como vítima; Feita a reclamação, o que esperar (OCOSO, 2022).

A frase “um “sim” geral é inútil e também não é absoluto”, aciona a questão de que a culpa nunca é da vítima e chama a atenção para o consentimento, que pode ter sido aprovado em determinada situação, no entanto, não é por tempo indeterminado. Ou seja, consentir com o registro em um dado momento não implica na autorização e disponibilidade perpétua sobre o conteúdo. A plataforma também aponta os principais efeitos desse tipo de violência com mulheres na internet, considerando aspectos psicológicos, exclusão de espaços sociais físicos e online, violação de dados pessoais que podem ocorrem junto com a divulgação não consentida, como: nome, idade, cidade, autocensura digital, provocando a desativação de seus perfis pessoais e perda de oportunidades. A partir destes apontamentos, três formas de cuidados digitais se sobressaem, conforme sugeridos pela plataforma Ocoso, endereçados especificamente aos crimes de divulgação não consensual de conteúdos íntimos: primeiro, denunciar em plataformas digitais nas quais o conteúdo esteja circulando, mas de antemão registrar e preservar as evidências do crime; Segundo, as mulheres podem e devem conhecer e se capacitar com ferramentas seguras na internet; Terceiro, abrir diálogo com a sua comunidade e não silenciar diante do crime, buscando redes de apoio para enfrentar a situação amparada jurídica e psicologicamente.

A seguir, apontamos cinco demandas que acionam cuidados digitais sob ética feminista com base nas estratégias utilizadas nos três ambientes online revisitados para esta pesquisa, são elas: 1) Não moralizar as situações com mulheres a partir de valores sobre o que é e como deve agir uma mulher, correspondente a norma generificada; Não recompartilhar situações de violência em que se expõe a vítima e não o agressor, criando situações de revitimização; 3) Retirar o corpo das mulheres do âmbito exclusivamente íntimo – desta forma torna-se mais fácil ajudar mulheres em situações de violência; 4) Denunciar; 5) Criar redes e seguir mulheres ativistas e coletivas, buscando se organizar.

Nesse sentido, os sites observados - Ciberseguras, MariaLab e Ocoso, estão alinhados com a proposta da ética feminista, voltada para os cuidados digitais, chamada também de hackfeminismo, se concretizando a partir de três principais ações: 1) socializando informações e trocas de conteúdos através de eventos, atividades, seminários online e/ou físicos; 2) produzindo redes entre feministas de países da América Latina, mas não apenas; 3) reduzindo o impacto das violências digitais contra mulheres e minorias na internet, considerando as suas interseccionalidades.

**Considerações finais:**

Este artigo buscou apontar noções de cuidados digitais sob a ética feminista a partir da análise de três ambientes online da América Latina: Ciberceguras, MariaLab e Ocoso. Apontamos três estratégias de cuidados digitais mais utilizadas para ajudar mulheres em situações de violências a partir de princípios feministas com base nos ambientes online investigados. Com isso, elencamos cinco demandas relativas ao agir na internet com perspectiva da ética feminista, implicadas em: não moralizar as situações com mulheres a partir de valores sobre o que é e como deve agir uma mulher; Não recompartilhar situações de violência em que se expõe a vítima e não o agressor; Retirar o corpo das mulheres do âmbito exclusivamente íntimo; Denunciar; Criar redes entre mulheres ativistas e coletivas.

Argumentamos que a ética feminista voltada para os cuidados digitais é radicalmente avessa às lógicas paternalistas a partir de três ações centrais: socializa informações entre mulheres, produz redes entre feministas ativistas e reduz o impacto das violências digitais contra mulheres na internet.

Os ambientes conectados são espaços de convivência onde coexistem práticas dos ambientes *offline*, nessa direção, endentemos a internet incorporada e corporificada no cotidiano, criando lugares de produção e reprodução de narrativas, em que, os discursos consumidos reverberam nos espaços *online* e são mobilizadores de práticas que podem reforçar violências, colaborando para os índices de feminicídios, como também, podem ajudar a construir novos sentidos e significados em prol de uma cultura menos sexista e misógina.

Toda prática que envolve violências contra mulheres na internet está diretamente vinculada à coerção social e a punição que o corpo é submetido de acordo com o período sociocultural. Sob esse prisma, o corpo é regido por normas e valores endossados sobre o que deve e é autorizado tornar-se público, perpassando as intersecções que agem como produtoras de desigualdades entre mulheres, considerando, principalmente, mas não apenas, raça, classe e idade.

Ressaltamos a relevância de estudos sobre ambientes na internet sob a ótica do cuidado e perspectivas feministas. Entendemos que as práticas de combate às violências nos ambientes *online*, atuam como extensão da experiência cotidiana, merecendo atenção no contexto social e cultural onde as mulheres são foco de violência. Nesse sentido, a internet possibilita a criação de formas atualizadas do exercício de violências e ao mesmo tempo, a possibilidade de formação de redes para enfrentamento a tais violências normalizadas, com o propósito de reduzir o impacto negativo sobre a experiência das mulheres na internet.

REFERÊNCIAS:

CASTRO, Cosette. **Cuidado e autocuidado entre mulheres ativistas no mundo online**: Estimulando (novas) subjetividades em tempos de pandemia e violência. 1.a edição, Aveiro, Setembro, 2021.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **cadernos pagu** (44), janeiro-junho de 2015, pág. 199-228.

**GENDERIT. Princípios para a internet feminista. Disponivel em: <**<https://www.genderit.org/es/feminist-talk/principios-feministas-para-internet-segunda-versi%C3%B3n>**>. Acesso em julho de 2022.**

HINE, Christine. **Ethnography for the Internet**: Embedded, Embodied e Everyday. Londres : Bloomsbury Academic, 2015.

LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia do gênero**. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LINS, Beatriz Acciolly. **Caiu na rede**: mulheres, tecnologias e direitos entre nudes e (possíveis) vazamentos. – Universidade de São Paulo, 2019.

MILLER, Daniel et al. **The Global Smartphone**: *Beyond a youth technology.* London: UCL. 2021.

MONTIEL, Aimée Vega. Ética feminista e comunicação. **Comunicação & Informação**, *[S. l.]*, v. 14, n. 2, p. 3–18, 2013. DOI: 10.5216/c&i.v14i2.22441. Disponível em:

https://revistas.ufg.br/ci/article/view/22441. Acesso em: 21 abr. 2021.

NATHANSON, Graciela. O que tem a ver as tecnologias digitais com gênero? In: NATHANSON, Graciela (org.). **Internet em código feminino**: teorias e práticas. Buenos Aires, La Crujía Ediciones, 2013, pág.15-38.

NATANSOHN, Graciela; GOLDSMAN, Florencia. **Violencia de género expandida**: vigilancia y privacidad en red. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 20, n. 3, p. 378-389, 2018.

NATANSOHN, Graciela; REIS, Josemira. **Digitalizando o cuidado**: mulheres e novas codificações para a ética hacker. Cadernos Pagu, 2020.

NATANSOHN, Graciela. FERREIRA, Sérgio Rodrigo da S. **Ciberfemnismos 3.0**. LABCOMCOMUNICAÇÃO & ARTES, 2021. Pág. 17 a 30.

PAZ, Aline Amaral; DA SILVA, Sandra Rúbia. **Isso não é pornografia de vingança**: violência contra meninas e mulheres a partir da explanação de conteúdo íntimo na internet. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, v. 15, n. 3, 2021.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna. Coleção Polêmica, 1987.

SEGATO, Rita. **Contra-pedagogías de la crueldad**. Editorial Prometeo, 2018.

STRIPHAS, Ted. **Algorithmic culture.** *European Journal of Cultural Studies*

2015, Vol. 18(4-5) 395–412.

VALENTE, Mariana; NERIS, Natália. **Para falar de violência de gênero na internet**:

uma proposta teórica e metodológica. In: Internet e feminismos: olhares sobre violências sexistas desde a América Latina / Graciela Natansohn, Fiorencia Rovetto, organizadoras.- Salvador : EDUFBA, 2019.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WALL, Martijn. **The Platform Society:** public values in a connective world. Oxford: Oxford University Press, 2018.

WAJCMAN, Judy. **TIC e inequidad**: ganancias en red para las mujeres? Revista Educación Y Pedagogía, Vol 24 (62), jan-abr 2012.

**Lista de sites relacionados a cuidados digitais, segurança e perspectivas feministas:**

Ciberseguras: Chile

<https://ciberseguras.org/nosotras/>

MariaLab: Brasil

<https://www.marialab.org/>

Clandestina: Brasil

<https://www.clandestina.io/>

Donestech:

<https://donestech.net/>

Luchadoras: México

<https://luchadoras.mx/>

Ciberfeministas: Guatelama

<https://ciberfemgt.noblogs.org/>

Social Tic: México

<https://socialtic.org/que-hacemos/>

Direitos digitais: Chile

<https://www.derechosdigitales.org/>

Dominemos a tecnologia:

<https://takebackthetech.net/es>

Nó comum: Bolívia

<https://nodocomun.org/>

Dones Tech: Barcelona

<https://donestech.net/>

InternetLab: Brasil

<http://internetlab.org.br/pt/>

Safernet: Brasil

<https://new.safernet.org.br/>

Ocoso: 14 países da América Latina

<https://acoso.online/acerca/>

Genderit: análises feministas das políticas da internet

<https://www.genderit.org/es>

Princípios de uma internet feminista:

<https://feministinternet-org.translate.goog/en?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=op,sc>

Segurança em uma caixa:

<https://securityinabox.org/es/>

1. Tradução nossa. [↑](#footnote-ref-1)
2. Nomes como: Tim Berners Lee, Steve Jobs, Bill Gates, Marc Zuckenberg e assim por diante. [↑](#footnote-ref-2)
3. Ao final do artigo, citamos uma lista de links para acesso. [↑](#footnote-ref-3)